

NÍVEL SUPERIOR

PROCURADOR

INSTRUÇÕES

- O candidato receberá do fiscal:
 - Um **caderno de prova** contendo 30 (trinta) questões de múltipla escolha.
 - Uma **folha de respostas** personalizada para a Prova Objetiva;
- Ao ser autorizado, verifique no **caderno de prova** se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a Prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Esse tempo inclui a marcação da **folha de respostas** (Prova Objetiva).
- Somente após decorridas **3h30min (três horas e trinta minutos)** do início da prova, será permitido levar o **caderno de prova**.
- Após o término da prova, o candidato deverá entregar, obrigatoriamente, ao fiscal a **folha de respostas**. Somente esta deve ser **assinada**.
- Os dois últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, fale com o fiscal ou solicite a presença do **responsável pelo local**.
- Verifique se seus dados estão corretos na **folha de respostas**. Em caso de erro, solicite ao fiscal que efetue as correções na Ata da Prova.
- Assine seu nome no local indicado na **folha de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale na **folha de respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- A **folha de respostas NÃO** pode ser dobrada, amassada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas, sob pena de anulação da prova objetiva.
- Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na **folha de respostas** é cobrindo, completamente, todo o espaço correspondente, conforme o exemplo a seguir:



ATENÇÃO: Formas de marcação diferentes da que foi determinada implicarão na rejeição da **folha de respostas** pela leitora óptica.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	DATA/PERÍODO	LOCAL
Divulgação do Gabarito Preliminar	21.05.2012	Na internet (www.ajuri.org.br/concursos)
Interposição de recursos ao Gabarito Preliminar	22 e 23.05.2012	Na internet (www.ajuri.org.br/concursos)
Divulgação do resultado dos recursos ao Gabarito Preliminar	29.05.2012	Na internet (www.ajuri.org.br/concursos)
Divulgação do Gabarito Oficial	30.05.2012	Na internet (www.ajuri.org.br/concursos)
Divulgação da Lista Preliminar da Pontuação da Prova Objetiva	11.06.2012	Na internet (www.ajuri.org.br/concursos)

Conhecimentos Gerais
Questões: 1 a 10

DEPRECAÇÃO

Gonçalves Dias

Tupã, ó Deus grande! cobriste o teu rosto
Com denso velâmen de penas gentis;
E jazem teus filhos clamando vingança
Dos bens que lhes deste da perda infeliz!

Tupã, ó Deus grande! teu rosto descobre:
Bastante sofremos com tua vingança!
Já lágrimas tristes choraram teus filhos
Teus filhos que choram tão grande mudança.

Anhangá impiedoso nos trouxe de longe
Os homens que o raio manejam cruentos,
Que vivem sem pátria, que vagam sem tino
Trás do ouro correndo, voraces, sedentos.

E a terra em que pisam, e os campos e os rios
Que assaltam, são nossos; tu és nosso Deus :
Por que lhes concedes tão alta pujança,
Se os raios de morte, que vibram, são teus?

Tupã, ó Deus grande! cobriste o teu rosto
Com denso velâmen de penas gentis;
E jazem teus filhos clamando vingança
Dos bens que lhes deste da perda infeliz.

Teus filhos valentes, temidos na guerra,
No albor da manhã quão fortes que os vi!
A morte pousava nas plumas da frecha,
No gume da maça, no arco Tupi!

E hoje em que apenas a enchente do rio .
Cem vezes hei visto crescer e baixar...
Já restam bem poucos dos teus, qu'inda possam
Dos seus, que já dormem, os ossos levar.

Teus filhos valentes causavam terror,
Teus filhos enchiam as bordas do mar,
As ondas coalhavam de estreitas igaras,
De frechas cobrindo os espaços do ar.

Já hoje não caçam nas matas frondosas
A corça ligeira, o trombudo quati...
A morte pousava nas plumas da frecha,
No gume da maça, no arco Tupi!

O Piaga nos disse que breve seria,
A que nos infliges cruel punição;
E os teus inda vagam por serras, por vales,
Buscando um asilo por ínvio sertão!

Tupã, ó Deus grande! descobre o teu rosto:
Bastante sofremos com tua vingança!

Já lágrimas tristes choraram teus filhos,
Teus filhos que choram tão grande tardança.

Descobre o teu rosto, ressurjam os bravos,
Que eu vi combatendo no albor da manhã;
Conheçam-te os ferros, confessem vencidos
Que és grande e te vingas, qu'és Deus, ó Tupã!

Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/goncalves-dias/deprecacao>.

1. Feita a leitura do poema, podemos distinguir cinco partes em sua estrutura. Relacione-as:

(1) estrofes 1 e 2	() resumo do objeto da súplica
(2) estrofes 3 e 4	() narrativa
(3) estrofe 5	() apóstrofe deprecatória
(4) estrofes 6 a 10	() final da deprecação
(5) estrofes 11 e 12	() repetição da apóstrofe

Assinale a alternativa que contém a sequência de cima para baixo correta:

- (a) 5 – 2 – 1 – 4 – 3;
- (b) 2 – 4 – 1 – 5 – 3;
- (c) 2 – 3 – 1 – 5 – 4;
- (d) 1 – 4 – 2 – 5 – 3.

2. Anhangá é, segundo o léxico Tupi, o gênio mau da floresta; o representante da força do mal, de acordo com a concepção indígena. Aos índios que suplicam a Tupã, que mal fez Anhangá:

- (a) permitiu a chegada de inimigos que estugaram as tribos;
- (b) permitiu a chegada de inimigos que dizimaram as tribos;
- (c) liberou a entrada de inimigos que laurearam as tribos;
- (d) liberou a entrada de inimigos que tonsuram as tribos.

3. O tema do poema se consolida em:

- (a) lamentação pela derrota sob jugo do colonizador;
- (b) satisfação pela vitória e aceitação do domínio colonizador;
- (c) revolta de opressão e busca de apoio;
- (d) insatisfação pela vitória.

4. Leia as frases a seguir:

1 - “Quando o poeta aparece / Sacha levanta os olhos claros.” (Manuel Bandeira)

2 - “Perdi o bonde e a esperança / Volto pálido para casa”. (Carlos Drummond de Andrade).

3 - “Jacqueline morta era mais bonita que os anjos”. (Manuel Bandeira)

4 - “A serenidade voltou de muito longe”. (Manuel Bandeira).

5 - O procurador falou claro sobre o assunto.

Analise, morfológicamente, as afirmativas abaixo, referentes às frases mencionadas:

- I. na frase 1, claros é adjetivo, pois caracteriza o substantivo olhos;
- II. na frase 2, pálido é adjetivo, pois caracteriza a fala do “eu”;
- III. na frase 3, mais é advérbio, pois intensifica o adjetivo bonita;
- IV. na frase 4, muito é advérbio, pois intensifica o advérbio longe;
- V. na frase 5, claro é adjetivo, pois caracteriza o modo de falar do sujeito.

Está incorreta a afirmativa:

- (a) apenas a V;
- (b) apenas a II;
- (c) apenas a III;
- (d) apenas a I.

5. Assinale a alternativa em que há erro na flexão da forma verbal destacada:

- (a) O conciliador propôs uma trégua e nós aceitamos. / Se o conciliador propuser uma trégua, nós aceitaremos.
- (b) O facilitador do SEBRAE previu a falência da empresa e alertou os sócios. / Se o facilitador previr a falência da empresa, alertará os sócios.
- (c) O ônibus proveio do interior e provocou um acidente. / Se o ônibus provier do interior, provocará um acidente.

- (d) O procurador interveio na discussão e evitou a briga. / Se o juiz intervir na discussão, evitará a briga.

6. Em todas as alternativas há objeto indireto, exceto:

- (a) Sou favorável à sinalização adequada nas vias do município de Boa Vista.
- (b) As ruas de Boa Vista necessitam de medidas urgentes e necessárias para a conservação.
- (c) Os moradores de Boa Vista gostariam de mais segurança e policiamento nas praças.
- (d) Alguns motoristas desobedecem às normas de segurança do trânsito e por isso provocam muitos acidentes.

7. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas de acordo com a Reforma Ortográfica:

- (a) boiúna / feiúme / auto-regulamentação / pré-natal / supra-sensível / ideia;
- (b) enjoo / extrasseco / auto-aprendizagem / contra-indicação / antiaéreo / antiibérico;
- (c) água-de-colônia / arco-da-velha / auto-ajuda / minissaia / anti-imperialista / ultra-sonografia;
- (d) pró-desarmamento / arqui-irmandade / baiuca / neoexpressionista / arquirrivalidade / soto-mestre.

8. Assinale a alternativa em que aparece pronome apassivador:

- (a) Não se acredita mais em políticos.
- (b) Não se fabricam mais bolsas de couro como antigamente.
- (c) Necessita-se de vários funcionários na EMHUR.
- (d) Precisa-se de profissionais qualificados para preenchimento de vagas em empresas privadas.

9. Sobre navegadores WEB, analise a imagem de uma página de internet, a seguir, e assinale a alternativa incorreta:



- (a) ao pressionar as teclas *Ctrl+D* simultaneamente será aberto uma caixa de diálogo para adicionar o site aos favoritos;
- (b) ao pressionar as teclas *Ctrl+P* simultaneamente será aberto a caixa de diálogo para impressão da página atual;
- (c) ao pressionar as teclas *Ctrl+T* simultaneamente todo o conteúdo da tela será selecionado;
- (d) ao pressionar as teclas *Ctrl+H* simultaneamente será exibido o histórico de páginas visitadas no navegador.

10. Sobre os tipos de licença de softwares, assinale a alternativa incorreta:

- (a) *Freeware* é a licença aplicada a programas gratuitos sem qualquer limitação ou cobrança posterior;
- (b) *Shareware* é a licença aplicada a programas que apresentam algum tipo de limitação, seja ele de tempo ou recursos;
- (c) Todo software sob a licença *freeware* é considerado software livre;
- (d) *Open Source* ou Software Livre se refere à liberdade dos usuários executarem, copiarem, distribuírem, estudarem, modificarem e aperfeiçoarem o software.

Prova de Conhecimento Específico
Cargo: Procurador
Questões: 11 a 30

11. Sobre o controle de constitucionalidade concentrado, é defeso afirmar que:

- (a) o Presidente da República tem legitimidade para o ajuizamento da ação declaratória de constitucionalidade;
- (b) lei estadual roraimense pode ser declarada inconstitucional, em controle concentrado, pelo Tribunal de Justiça de Roraima;
- (c) a ação direta de inconstitucionalidade em face de lei municipal deve ser ajuizada no Supremo Tribunal Federal;
- (d) compete ao Supremo Tribunal Federal julgar a ação declaratória de constitucionalidade em face de ato normativo federal.

12. Em relação aos Municípios, é correto afirmar que:

- (a) podem criar Tribunais de Contas Municipais, desde que haja prévia aprovação pela Câmara dos Vereadores;
- (b) podem legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber;
- (c) sujeitam-se à fiscalização pelos sistemas de controle interno do próprio Poder Executivo Municipal, mas não pelo controle externo do Poder Legislativo Municipal;
- (d) podem promover o ordenamento territorial municipal, mas não é de sua competência material a fiscalização do uso e ocupação do solo urbano.

13. A respeito do mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta:

- (a) quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança;
- (b) não cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé;

- (c) nos termos da lei que disciplina o mandado de segurança, é cabível o seu ajuizamento contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresa pública;
- (d) o direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos cento e vinte dias, contados da ciência pelo interessado, do ato impugnado.

14. É da competência material da União, exceto:

- (a) administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;
- (b) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;
- (c) organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;
- (d) a exploração direta, ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

15. São bens dos Estados:

- (a) as terras devolutas não compreendidas entre as da União;
- (b) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;
- (c) os recursos minerais, inclusive, os do subsolo;
- (d) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

16. Sobre o processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que:

- (a) é constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de bens para a admissibilidade de recurso administrativo;
- (b) a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é facultada a promoção de sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa;

- (c) incabível a adoção de quaisquer medidas cautelares, a fim de impedir que o servidor venha a influir na apuração da irregularidade, sendo ilegal o seu afastamento do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração;
- (d) a ausência de defesa técnica por advogado não ofende a Constituição Federal.

17. Um acidente foi provocado por uma viatura da EMHUR, conduzida pelo servidor João, produzindo danos ao veículo de Maria. Diante desta situação hipotética, a responsabilidade civil pela reparação dos danos é:

- (a) da EMHUR e de João, na forma solidária e da espécie objetiva, sendo direito de Maria escolher em face de quem será ajuizada a ação;
- (b) subjetiva para a EMHUR e objetiva para João, devendo Maria ajuizar a ação reparatória em face dos dois;
- (c) objetiva para a EMHUR, cabendo ação de regresso em face de João, em caso de dolo ou culpa;
- (d) só será alcançada por Maria se ingressar com pedido prévio de reparação administrativa de danos.

18. Em relação à administração pública direta e indireta, é defeso afirmar que:

- (a) somente por lei específica poderá ser criada empresa pública e autorizada a instituição de autarquia, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;
- (b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- (c) as empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando explorarem atividade econômica em regime de concorrência, não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado;
- (d) a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de

confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

19. Sobre a administração pública direta, é defeso afirmar que:

- (a) a investidura em emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- (b) obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, mas não ao da eficiência, que não é instituto jurídico;
- (c) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
- (d) ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

20. Assinale a alternativa correta sobre os atos administrativos.

- (a) a administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos;
- (b) nos processos perante o Tribunal de Contas da União não é assegurado o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, incluída a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão;
- (c) o ato administrativo com vício de nulidade somente pode ser anulado por decisão final do Poder Judiciário;

(d) o mérito do ato administrativo pode ser analisado pelo Poder Judiciário, mas não pela própria administração pública.

21. Em relação ao instituto da mora no Código Civil, é correto afirmar que:

- (a) pode ser purgada a mora, pelo credor, oferecendo este a prestação mais a importância dos prejuízos decorrentes do dia da oferta;
- (b) pode ser purgada a mora, pelo devedor, oferecendo-se este a receber o pagamento e sujeitando-se aos efeitos da mora até a mesma data;
- (c) responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, com juros, correção monetária e honorários advocatícios;
- (d) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde o momento em que for notificado judicial ou extrajudicialmente.

22. Sobre o instituto da prescrição no Código Civil, é incorreto afirmar que:

- (a) a exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão;
- (b) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes;
- (c) os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais que derem causa à prescrição ou não a alegarem oportunamente;
- (d) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

23. A respeito dos pedidos na petição inicial, é incorreto afirmar que

- (a) o pedido deve ser certo ou determinado, sendo lícito, porém, formular pedido genérico, quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito;
- (b) é lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior;
- (c) é incabível o pedido de cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela, mesmo que o autor peça que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa;

(d) quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor e, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou consigná-las, a sentença as incluirá na condenação, enquanto durar a obrigação.

24. Sobre a resposta do réu, é incorreto afirmar que:

- (a) a incompetência absoluta, no rito ordinário, deve ser arguida por meio da exceção;
- (b) computar-se-á, no rito ordinário, em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública;
- (c) no rito ordinário, a contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção será processada em apenso aos autos principais;
- (d) compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificar as provas que pretende produzir.

25. Assinale a alternativa incorreta sobre os recursos do Código de Processo Civil.

- (a) o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público;
- (b) o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso;
- (c) o julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso;
- (d) a insuficiência no valor do preparo implicará deserção, não sendo admitido ao recorrente supri-lo.

26. Aos Municípios não é vedado:

- (a) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- (b) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

- (c) cobrar tributos em relação a fatos geradores não abrangidos pela lei que os houver instituído;
- (d) instituir impostos sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

27. São receitas tributárias que pertencem aos Municípios, exceto:

- (a) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência residual que lhe é atribuída pela Constituição Federal;
- (b) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;
- (c) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;
- (d) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

28. Sobre o IPTU, é correto afirmar que:

- (a) pode ser instituído ou aumentado sem lei que o estabeleça;
- (b) pode ser instituído sobre o patrimônio da União e dos Estados, mas não dos Municípios;
- (c) pode ser progressivo em razão do valor do imóvel e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel;
- (d) pode ser instituído sobre o patrimônio dos templos de qualquer culto, bem como dos partidos políticos.

29. Sobre o empregado de empresa pública, é correto afirmar que:

- (a) tem direito de gozar férias anuais, mas o recolhimento do FGTS é facultativo;
- (b) ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não possui a garantia da estabilidade própria dos servidores públicos;

- (c) por ter sido admitido mediante aprovação em concurso público, veda-se a sua despedida motivada pela empresa pública, sendo dispensada a observância do contraditório e da ampla defesa;
- (d) está sujeito ao regime estatutário, estando afastadas as regras da CLT em sua integralidade.

30. Sobre o contrato de trabalho temporário, é correto afirmar que:

- (a) o contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviço ou cliente poderá ser verbal ou escrito;
- (b) é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender a necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços;
- (c) o trabalhador temporário não tem direito ao repouso semanal remunerado;
- (d) a contratação temporária não pode ser anotada em CTPS, por representar ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana.